EMPREITADA MUNICIPAL PARA A "REQUALIFICAÇÃO URBANA DO BARREIRO VELHO - FASE 1A" MEDIANTE CONCURSO PÚBLICO AO CONSÓRCIO "CÂNDIDO JOSÉ RODRIGUES, S.A./SMARTGOV-ENGENHARIA, LDA.".

vinte e quatro, na cidade do Barreiro e Edifício dos Paços do Concelho, Chefe de Divisão Financeira e Patrimonial, exercendo neste ato a função de Oficial Público do Município do Barreiro, em conformidade com o disposto no Despacho n.º 611 de 14-11-2022, verifiquei a identidade como outorgantes:--------PRIMEIRO: -MUNICÍPIO DO BARREIRO, Pessoa Coletiva de Direito Público número 506 673 626, representada no ato por . com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, Rua Miguel Bombarda, no Barreiro, com o endereço eletrónico geral@cm-barreiro.pt, outorgando na . , em conformidade com os poderes que lhe foram delegados através do Despacho n.º 257 de vinte e oito de abril de dois mil e vinte e três do Senhor Presidente da Câmara, nos termos do artigo 35.º n.º 2 alínea f, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.--------Que pelo Despacho n.º seiscentos e setenta e oito de vinte

---No dia vinte e dois do mês de outubro do ano de dois mil e

e cinco de setembro de dois mil e vinte e quatro, a Câmara Municipal do Barreiro, órgão que representa, decidiu mediante concurso público, adjudicar ao consórcio '_____ E ... ', a empreitada municipal de "REQUALIFICAÇÃO URBANA DO BARREIRO VELHO - FASE 1A", no preço de € 3.198.013,43 (três milhões, cento e noventa e oito mil, treze euros e quarenta e três cêntimos), acrescido do montante do imposto sobre o valor acrescentado devido à taxa legal, em conformidade com a sua proposta e cadernos de encargos, cujos documentos se dão por integralmente reproduzidos.--------Que, em consequência é celebrado o respetivo contrato, o qual constitui anexo ao presente instrumento, sendo considerado como parte integrante do mesmo.--------O presente instrumento traduz a vontade da Câmara Municipal, órgão que representa e fica inserido no Livro de Contratos Diversos do Oficial Público do Município do Barreiro, para os devidos efeitos legais.----

---O Outorgante:

---O Oficial Público:

EMPREITADA MUNICIPAL PARA A "REQUALIFICAÇÃO URBANA DO BARREIRO VELHO - FASE 1A" MEDIANTE CONCURSO PÚBLICO AO CONSÓRCIO "CÂNDIDO JOSÉ RODRIGUES, S.A./SMARTGOV-ENGENHARIA, LDA.".

---No dia vinte e um de outubro de dois mil e vinte e quatro, na cidade do Barreiro e Edifício dos Paços do Concelho, foi celebrado o presente contrato, entre os seguintes outorgantes:----PRIMEIRO: MUNICÍPIO DO BARREIRO, Pessoa Coletiva de Direito Público número 506 673 626, representada no ato por

Concelho, Rua Miguel Bombarda, no Barreiro, com o endereço eletrónico geral@cm-barreiro.pt, outorgando na qualidade de VEREADORA DA CÂMARA MUNICIPAL, em conformidade com os poderes que lhe foram delegados através do Despacho n.º 257 de vinte e oito de abril de dois mil e vinte e três do Senhor Presidente da Câmara, nos termos dos artigos 36.º número 2 alínea f, e do n.º 2 do artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.----SEGUNDO: CÂNDIDO JOSÉ RODRIGUES S.A./SMARTGOV-ENGENHARIA,

., pessoa coletiva n.º , com sede na

..., este consórcio é constituído pelas empresas

com o capital social de titular do Alvará de Construção n.º com o endereço eletrónico ç '' - a mesma é representada no presente contrato de empreitada por

~÷ yálido até ^^ emitido pela República Portuguesa, o qual outorga na qualidade de vicepresidente do conselho de administração, em representação da , e pela empresa empresa , pessoa coletiva nº 509792243, com sede do ~ ~ _ , early of the state of the sta , com o capital social de representada no ato por ---cartão único de cidadão n.º 4, válido até , ____, emitido pela República Portuguesa, o qual outorga na qualidade de gerente e em representação da empresa ---Entre os outorgantes foram acordados os termos pelos quais se rege o presente contrato:--------CLÁUSULA PRIMEIRA: -Que, pelo despacho n.º 678/24 de 25/09/2024, exarado pelo Sr. Presidente, ratificado em Sessão de Câmara através da Deliberação Camarária n.º 453, de 02/10/2024, mediante Concurso Público aberto por critérios baseados no valor do procedimento ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 54/2023 de 14 de julho, adiante designado por CCP, foi adjudicado nos termos previstos nos artigos 76.º e 77.º do CCP, a Empreitada Municipal da Requalificação Urbana do Barreiro

Velho - Fase 1A ao consórcio CÂNDIDO JOSÉ RODRIGUES S.A./SMARTGOV-ENGENHARIA, LDA.---------CLÁUSULA SEGUNDA: Que, em execução da referida deliberação, celebra com o representante do Segundo Outorgante, na dita qualidade, o contrato de Empreitada Municipal para a Requalificação Urbana do Barreiro Velho - Fase 1A nos termos e condições referidas nas cláusulas deste contrato: --------CLÁUSULA TERCEIRA: Que foi exigida a prestação da caução, nos termos dos artigos 88.°, 89.° e 90.° do CCP, nas modalidades previstas no n.º 2, do artigo 90.º, do CCP, emitida pela garantia bancária n.º 00125-02-2413639 do Millennium bcp, em 07/10/2024 no valor de **€134.255,00** (cento e trinta e quatro mil, duzentos e cinquenta e cinco euros) e pela garantia bancária n.º 50635 do banco Bankinter em 15/10/2024 no valor de €25.645,75 (vinte e cinco mil seiscentos e quarenta e cinco euros e setenta e cinco cêntimos).-------CLÁUSULA QUARTA: Que a minuta do contrato foi aprovada pelo Despacho n.º 678 de 25/09/2024 e pela Deliberação n.º 453 de 02/10/2024 exarado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal do Barreiro.--------CLÁUSULA QUINTA: Que, nos termos da alínea i), do n.º 4, da Cláusula 6.ª, do Caderno de Encargos, a entidade adjudicatária, está obrigada a elaborar um documento do qual conste o desenvolvimento prático do Plano de Segurança e Saúde, da responsabilidade do Dono da Obra, devendo analisar, desenvolver

e complementar as medidas aí previstas, em função do sistema utilizado para a execução da obra, em particular, as tecnologias e organização de trabalhos utlizados pelo empreiteiro. --------O referido documento deverá fazer menção aos aspetos enunciados, na cláusula do Caderno de Encargos acima citada e deverá ser entregue no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data da assinatura do contrato.--------CLÁUSULA SEXTA: Que o preço da empreitada é de € 3.198.013,43 (três milhões, cento e noventa e oito mil, treze euros e quarenta e três cêntimos).--------À quantia acima mencionada, acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado, à taxa legal, em vigor.--------CLÁUSULA SÉTIMA: Que, o encargo resultante deste contrato, será satisfeito pela dotação orçamental seguinte: ---------Classificação Orgânica: - 0304 Capítulo zero três, Divisão zero quatro: ---------Classificação Económica: 07010499 Capítulo zero sete, Grupo zero um, Artigo zero quatro, Alínea noventa e nove.--------Grandes opções do plano: 04.002.2020/332.--------Esta despesa tem atribuído o compromisso n.º 101703, realizado no dia 25/09/2024.--------CLÁUSULA OITAVA: Que, o pagamento do preço da empreitada será efetuado nos termos da Cláusula 36.ª do Caderno de Encargos, ou seja, far-se-á por medição efetuada em observância com o que se

encontra	disposto	na	Cláusula	26.ª	da	referida	peça
procediment	al						
CLÁUSUL	A NONA: Que	e, se	houver E	Revisão	de Pr	eços, est	a fica
sujeita à	aplicação	da	Fórmula	Polinom	nial,	nos terr	mos do
Decreto-Les	i n.º 6/2	004,	de 6 de	e janei	ro, c	bservando	o-se o
disposto na	a Cláusula	41.ª	do Cadei	no de E	Incarg	os, relat	ivas à
modalidade	de revisã	o de	preços,	aplican	do-se	a fórmul	a F09-
Arranjos Ex	kteriores						
CLÁUSUL	A DÉCIMA: Q	ùue, o	prazo de	execuç	ão da	empreitad	la será
de 303 (tre	ezentos e t	três)	dias a c	ontar do	Auto	de Consi	gnação
de Trabalho	os, incluir	ndo sa	ábados, d	omingos	e fer	iados, co	nforme
Plano de	Trabalhos	ins	serto na	propo	sta :	subscrita	pelo
representar	nte do Segu	ındo (Outorgant	e			
CLÁUSULA	A DÉCIMA 1	PRIME	IRA: Que,	o pre	esente	contrate	está
sujeito a F	iscalizaçã	o Pré	evia, nos	termos	do art	igo 46.º	da Lei
n.° 98/97,	de 26 de a	agosto	o alterad	a e repu	ıblica	da pela I	ei n.º
56/2003, de	e 6 de agos	sto					
CLÁUSULA	A DÉCIMA S	SEGUNI	DA: Nos	termos	da Cl	áusula 5	O.ª do
Caderno de	Encargos,	a cess	são da pos	sição co	ntratu	ıal por qu	alquer
das partes	depende da	a aut	orização	da outr	a, sei	ndo em qu	alquer
caso vedada	nas situa	ções	previstas	no n.º	1 do	artigo 31	7.° do
CCP							
Em caso	de resolı	ıção	do contra	ato pelo	o Dono	o da Obra	a, por
incumprimen	nto do emp	reite	iro das s	uas obr	igaçõe	es contra	tuais,
o Dono da	Obra reser	rva-se	e o direi	to de d	ptar,	nos ter	mos do

artigo 318.º - A do CCP, de exigir ao empreiteiro a cedência da sua posição contratual a um dos concorrentes do procedimento de contratação na sequência do qual foi celebrado o contrato .------CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Que nos termos do artigo 290°-A do D.L. n°111/B/2017 de 31 de agosto, com todas as alterações subsequentes, fica nomeada gestora do contrato para a empreitada, supracitada, a funcionária Elsa Gouveia, Técnica Superior.--------CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Que, fazem parte, integrante, do presente contrato o Caderno de Encargos e a proposta que foi adjudicada ao segundo outorgante. --------CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Ambas as partes outorgantes acordam em que, qualquer litígio que decorra da falta do cumprimento das cláusulas do presente contrato, será dirimido no Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada. --------E, por ambos os outorgantes, nas referidas qualidades, foi declarado que aceitam e se obrigam a cumprir o presente contrato, nos termos exarados ------

Primeiro Outorgante

Segundos Outorgantes

- -----



